

Vítimas da ineficiência

DA REDAÇÃO

O programa de assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, terá que ser inteiramente reformulado, realizar auditorias anuais e estabelecer metas a serem alcançadas. As mudanças foram determinadas ontem pelo Tribunal de Contas da União (TCU) que analisou o resultado de três auditorias operacionais realizadas em 2004 pelo corpo técnico do órgão que detectou falhas na metodologia de trabalho e no resultado das ações desenvolvidas por um dos principais programas do governo Lula.

O tribunal fez mais de 30 recomendações ao governo federal, entre elas o treinamento de policiais para operar o programa nos estados, definição dos procedimentos para a concessão de novas identificações provisórias às testemunhas ameaçadas, criação de uma ouvidoria e adoção de critérios para a prestação de contas, com o objetivo de garantir a transparência na aplicação de recursos públicos gastos no programa.

Sigilo

Para manter em sigilo as informações sobre as vítimas e testemunhas ameaçadas, o TCU recomendou que a Secretaria de Direitos Humanos adote a mesma metodologia da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) que também presta conta do dinheiro gasto nas investigações, mas mantém em segredo os prestadores de serviços que fornecem notas fiscais, por exemplo. Além de criar uma auditoria que atenda as reclamações por um telefone

Jefferson Rudy/CB/19.4.04



MIRANDA, SECRETÁRIO DOS DIREITOS HUMANOS: MINISTRO TERÁ DE ENVIAR AO TCU O CRONOGRAMA DE ADOÇÃO DAS MEDIDAS RECOMENDADAS PELO TRIBUNAL

do sistema 0800, o tribunal exige do governo a criação de indicadores de desempenho para o trabalho do programa. A intenção do tribunal é saber o custo unitário de cada testemunha protegida às custas do dinheiro público, o gasto de proteção por estado da federação, o tempo médio de permanência de cada testemunha no programa e o percentual delas que prestaram depoimento às polícias.

O TCU recomendou, ainda, que a Secretaria de Direitos Humanos — que tem status de ministério tocado pelo ex-deputado do PT Nilmário Miranda — reforce a estrutura da coordenação geral de proteção a testemunhas, prevendo, inclusive, condições para que possam haver substituições temporárias de profissionais em estados que apresentem carência na equipe técnica. O tribunal também quer que o governo conceda um

tipo de identificação para as pessoas protegidas que permita o acesso delas à rede pública de saúde, à escola e assistência social. Hoje, as pessoas protegidas costumam ser instaladas em casas e terminam convivendo com outras testemunhas, o que aumenta o risco de quem o governo pretende proteger para colaborar com investigações policiais importantes.

Para melhor fiscalizar o gasto do dinheiro público com o

programa, o TCU determinou que em 60 dias a Secretaria de Direitos Humanos envie ao tribunal um plano de ação contendo o conjunto de metas correspondentes aos indicadores de desempenho recomendados pelo acórdão da decisão de ontem. O ministro Nilmário Miranda terá que enviar, também, o cronograma de adoção das medidas determinadas pelo tribunal e os nomes dos responsáveis por sua aplicação.